

Memorando 61.361/2025

De: SIDNEI R. - BCPREVI - CI

Para: BCPREVI - CI - Comitê de Investimentos - A/C João K.

Data: 18/09/2025 às 13:49:55

Setores envolvidos:

BCPREVI - CI

Ata nº 019.2025 - Reunião Ordinária do dia 09.09.2025

Prezados,

Segue Ata nº 019.2025 - Reunião Ordinária do dia 09.09.2025, para assinaturas.

Att,

—

Sidnei Riquetta
contador

CRC/SC 029.989/O-1

Anexos:

019_2025_Ata_Comite_09_09_2025_Ordinaria.pdf

**BCPREVI - Ata de Reunião Ordinária - 019/2025 - Comitê de Investimentos:
11 de setembro de 2025.**

Assuntos a serem deliberados e abordados na reunião:

- 1 - Homologação da Ata anterior;
- 2 - Assessoria de Investimentos - Atualização do mercado;
- 3 - Água - Pró-Gestão - elaborar Plano de Ação e Regimento Interno
- 4 - HIX Capital Institucional FIC FIA - deliberação;
- 5 - Nu RF Institucional Ref. DI FIC FI - reserva FIP da Perfin;
- 6 - Informes:
 - 6.1 - Fluxo de Aplicações de agosto;
 - 6.2 - Reunião extraordinária 19/08 - avaliação da compra do terreno.
 - 6.3 - Incorporação FI AXA WF Framlington Digital Economy Advisory Classe de investimento em cotas de Classes de Ações IE;
 - 6.4 - Parecer AGC fundo Piatã;
 - 6.5 - Troca IVVB11 por GPUS11 - uma única operação - economia de corretagem;
 - 6.6 - TED fundo DI do Safra para fundo DI do Itaú;
 - 6.7 - FIA Construção Civil creditado em conta em 03/09/2025;

DAS DELIBERAÇÕES:

Às **10h** do dia **09 de setembro de 2025**, reuniram-se de forma presencial os membros do Comitê de Investimentos, na sede do Instituto de Previdência – BCPREVI, com a presença dos membros: João, Jackson, Sidnei, Maria Carolina, Guilherme, Nilto, Kalinka e Michele. E *on-line* por meio da plataforma *Google Meet* o representante da assessoria de investimentos Crédito & Mercado, o sr. Bruno. Iniciado a reunião com o sr. João, que saudou a todos e deu por iniciada a reunião e em seguida passou a palavra ao sr. Bruno que cumprimentou a todos e deu continuidade ao **item 2** da pauta. O sr. Bruno, que expôs um panorama abrangente do cenário econômico internacional e nacional, correlacionando seus efeitos diretos na gestão dos recursos do BCPREVI. Inicialmente, Bruno destacou o contexto norte-americano, com ênfase na curva de juros e na expectativa de cortes por parte do FED (*Federal Reserve*). O último relatório *payroll*, divulgado recentemente, apontou a criação de apenas 22 mil vagas de trabalho, muito abaixo da expectativa de 75 mil, sinalizando uma desaceleração significativa da economia. Esse dado levou parte do mercado a acreditar na possibilidade de cortes imediatos de juros, com 75% dos agentes projetando redução de 0,25 ponto percentual já na próxima reunião e 25% apostando em corte de 0,50. Contudo, embora o corte de juros em tese represente estímulo positivo aos ativos de risco, a preocupação com um “pouso forçado” da economia norte-americana trouxe volatilidade às bolsas. O S&P 500, que vinha em trajetória de valorização, apresentou comportamento instável diante dessas

incertezas. Outro ponto ressaltado foi a alteração estrutural nas reservas internacionais dos principais bancos centrais, que pela primeira vez desde 1996 passaram a deter mais ouro do que títulos públicos norte-americanos. Tal movimento foi intensificado a partir de 2022, em função da guerra da Ucrânia e das sanções impostas à Rússia, levando países a repensarem a exposição excessiva ao dólar. Como consequência, o ouro apresentou expressiva valorização ao longo de 2025, configurando-se como ativo de proteção relevante, ao passo que o dólar manteve tendência de desvalorização em meio às políticas adotadas pelo governo norte-americano. No âmbito nacional, Bruno apresentou a curva de juros brasileira, que mostra queda nos prazos curtos e manutenção de níveis elevados nos vencimentos mais longos, reflexo das incertezas fiscais e da percepção de deterioração do cenário macroeconômico. Ressaltou-se que, embora o governo tenha implementado programas recentes, as fragilidades fiscais seguem limitando a confiança do mercado. O dólar, por sua vez, apresentou trajetória de queda, acompanhando o cenário externo, ao mesmo tempo em que a bolsa de valores brasileira acumula valorização de 18% no ano, embora o analista tenha alertado para a dificuldade de sustentar novos avanços expressivos no curto prazo diante do nível já alcançado. O Relatório Focus foi igualmente analisado, destacando a revisão para baixo do PIB, projetado em 2,16%, e a inflação em 4,85%, acima do teto da meta. A taxa Selic, por sua vez, permanece projetada em 15%, refletindo a necessidade de manutenção de juros elevados para controle inflacionário. Por fim, Bruno apresentou os resultados da carteira do Instituto. O mês de julho registrou rentabilidade negativa de -0,18%, impactada pela alta dos juros e queda da bolsa de valores, mas em agosto verificou-se recuperação consistente, com a rentabilidade acumulada no ano superando a meta atuarial. Destacou-se que os fundos atrelados ao DI tiveram desempenho superior, enquanto fundos indexados à inflação sofreram com a marcação a mercado nos prazos mais longos. Na renda variável doméstica, apesar da forte queda em julho, houve retomada em agosto, favorecendo a carteira do Instituto. No exterior, a valorização do S&P e do dólar em julho contribuiu para o desempenho dos fundos BDR, que apresentaram recuperação no período. Ainda durante sua exposição, o Sr. Bruno fez considerações sobre os fundos constantes nos **itens 4 e 5** da pauta. Sobre o HIX Capital Institucional FIC FIA (item 4), explicou que se trata de um fundo de ações com portfólio diversificado, composto por empresas como Eneva, Horizonte e Plano & Plano, todas representativas de setores com presença relevante em carteiras institucionais de RPPS. Ressaltou que o fundo vem apresentando performance positiva e alinhada às metas de diversificação de risco, configurando-se como alternativa relevante de alocação, desde que observados os limites regulamentares e a política de investimentos do Instituto. Em relação ao Nu RF Institucional Referenciado DI FIC FI (item 5), Bruno destacou que sua estratégia é baseada em alocação majoritária em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro), buscando superar a performance do CDI por meio de operações estruturadas e exposição a letras financeiras. Apontou que o produto é conservador em sua essência, mas busca incremento marginal de rentabilidade frente ao DI, o que pode ser atrativo em momentos de estabilidade de juros, funcionando como instrumento de gestão de liquidez com baixo risco de crédito. Ambos os fundos foram apresentados apenas a título de conhecimento, não tendo sido objeto de deliberação formal nesta reunião. O assessor informou que os materiais de análise mais detalhada serão encaminhados para futura avaliação do Comitê em momento oportuno. O sr. Sidnei, com a palavra, questionou aos membros se alguém possuía algum questionamento, e após negativa agradeceu e encerrou a participação do sr. Bruno. Dando

continuidade à reunião, o Sr. Rodrigo, representante da empresa Águia Consultoria, fez uma explanação detalhada acerca do Programa de Pró-Gestão, **item 3**, com foco na necessidade de reorganização institucional do BCPREVI para fins de recertificação. O sr. João ressaltou que, em razão de atrasos no processo licitatório, o Instituto perdeu o prazo para renovação do nível 2 do Pró-Gestão, encontrando-se atualmente sem certificação válida. Isso impõe a necessidade imediata de reconstrução do processo, com a meta de recuperar o nível 2 em um prazo de até 60 dias, e, posteriormente, preparar as bases para pleitear o nível 3. O sr. Rodrigo explicou que o trabalho da consultoria não se restringe a um apoio pontual, mas busca criar uma cultura organizacional voltada ao cumprimento das diretrizes do Pró-Gestão, de forma a evitar que a certificação seja obtida apenas como um requisito formal e depois abandonada, como ocorreu no passado. Para tanto, enfatizou a importância de um acompanhamento contínuo, com responsáveis claramente designados para a manutenção das práticas exigidas pelo programa. Nesse sentido, o BCPREVI designou servidores específicos para acompanhar o processo, destacando os nomes de Felipe e Luciana como responsáveis pelo monitoramento e pelo cumprimento dos prazos e obrigações permanentes. Rodrigo apresentou também a plataforma desenvolvida pela consultoria, que permite o acompanhamento das ações do Pró-Gestão em suas três dimensões: governança corporativa, controles internos e educação previdenciária. Cada dimensão conta com requisitos objetivos, indicadores e evidências que deverão ser reunidas pelo Instituto para compor a base documental da certificação. Ressaltou que boa parte das exigências já se encontra contemplada na Política de Investimentos vigente, mas identificou pontos que necessitam de ajustes e formalização. Um dos aspectos críticos destacados foi a ausência de um Regimento Interno atualizado para o Comitê de Investimentos. Nesse ponto, os trabalhos da reunião se concentraram na análise do documento anteriormente elaborado em 2019. O regimento foi revisado artigo por artigo, adequando-se às mudanças normativas e à nova estrutura do Instituto, incluindo: composição do Comitê (até oito membros, com presença obrigatória dos membros natos – Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Gestor de Investimentos), requisitos de formação superior e certificação profissional mínima, periodicidade e convocação de reuniões ordinárias e extraordinárias, quórum mínimo para deliberações, hipóteses de perda de mandato em razão de faltas não justificadas, critérios de decisão em caso de empate, responsabilidades de cada cargo e regras sobre elaboração e publicação de atas e relatórios. Foram também corrigidas inconsistências formais, como a alteração de nomenclatura do Conselho Administrativo para Conselho Administrativo Deliberativo, em conformidade com a legislação municipal recente. Além disso, definiu-se que o Comitê deverá emitir parecer formal sobre os relatórios de investimentos, encaminhando-os ao Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização da execução da política de investimentos. Após amplo debate e ajustes finais, **o Regimento Interno foi concluído, aprovado pelo Comitê de Investimentos** e encaminhado ao Conselho Deliberativo para homologação, atendendo assim às exigências do Pró-Gestão. Ao final, Rodrigo reforçou que, com o regimento atualizado e encaminhado, o BCPREVI dá um passo essencial para a retomada da certificação em nível 2, cabendo agora aos Conselhos e servidores manter o acompanhamento contínuo das práticas, com transparência e comprometimento institucional. Na parte destinada aos informes do **item 6 a 6.7**, constavam na pauta assuntos relevantes para acompanhamento do Comitê, a saber: o fluxo de aplicações realizado no mês de agosto; o registro da reunião extraordinária ocorrida em

19 de agosto, na qual foi avaliada a possibilidade de aquisição de terreno; a incorporação do fundo FI AXA WF Framlington Digital Economy Advisory, referente à classe de investimento em cotas de ações internacionais; o parecer emitido pela AGC sobre o fundo Piatã; a proposta de substituição do ETF IVVB11 pelo GPUS11, em uma única operação, com vistas à economia de corretagem; a transferência de recursos via TED do fundo DI do Safra para o fundo DI do Itaú; e, por fim, o crédito do FIA Construção Civil em conta, ocorrido em 03 de setembro de 2025. Entretanto, em razão da extensão e da complexidade das discussões ocorridas no item 3 da ordem do dia, não houve tempo hábil para apreciação desses informes na presente reunião. Ficou deliberado que todos os temas constantes deste item serão devidamente tratados em reunião extraordinária a ser oportunamente convocada, garantindo que cada assunto receba a devida análise e apreciação pelo Comitê. O sr. João, de posse da palavra, confirmou a homologação da ata anterior, Ata n° 017/2025 - reunião ordinária do dia 11/08/2025, assinada digitalmente via 1DOC, conforme **item 1** Finalizadas as pautas, sem mais nada a tratar, o Sr. João agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Maria Carolina Michels Franco, lavrei esta ata que segue assinada por mim e pelos demais membros participantes.

Assinaturas – membros integrantes do Comitê:

Guilherme Maciel Mafra - Jackson Fernando de Medeiros - João Olindino Koeddermann - Kalinka Floriano Peters - Maria Carolina Michels Franco - Michele Kaminski - Nilto Assis Coppi Júnior - Sidnei Luiz Riquetta.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1598-41A3-9AF8-7C28

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SIDNEI LUIZ RIQUETTA (CPF 043.XXX.XXX-52) em 18/09/2025 13:50:28 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ MARIA CAROLINA MICHELS FRANCO (CPF 095.XXX.XXX-02) em 18/09/2025 13:54:18 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ MICHELE KAMINSKI DA SILVA (CPF 061.XXX.XXX-73) em 18/09/2025 13:55:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ KALINKA FLORIANO PÊTERES (CPF 939.XXX.XXX-68) em 18/09/2025 13:57:37 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ GUILHERME MACIEL MAFRA (CPF 048.XXX.XXX-63) em 18/09/2025 14:04:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JACKSON FERNANDO DE MEDEIROS (CPF 057.XXX.XXX-40) em 18/09/2025 14:04:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ NILTO ASSIS COPPI JUNIOR (CPF 833.XXX.XXX-34) em 18/09/2025 14:11:31 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOÃO OLINDINO KOEDDERMANN (CPF 351.XXX.XXX-06) em 18/09/2025 15:22:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/1598-41A3-9AF8-7C28>